

ESTUDOS DA CRIANÇA E PESQUISA COM CRIANÇAS: nuances luso-brasileiras acerca dos desafios éticos e metodológicos

Leni Vieira Dornelles
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS, Brasil

Natalia Fernandes
Universidade do Minho – Braga, Portugal

Resumo

O presente artigo discute as maneiras como os Estudos da Criança colaboram com as novas formas de se pensarem as crianças e as infâncias, afirmando que os conceitos de criança como ator social, como sujeito com direitos, participativo e com voz, passam a ter uma visibilidade significativa na pesquisa com crianças, nos discursos acadêmicos e também em muitas práticas sociais com crianças. Questionamos ao longo do texto alguns aspectos que têm vindo a merecer uma atenção acrescida nos últimos tempos, nomeadamente os relacionados com os preceitos éticos que envolvem a pesquisa com crianças tentando pensar de que modo podem concretizar-se numa *ética viável* e significativa para as crianças, nas pesquisas com crianças desenvolvidas no Brasil e em Portugal. Fechamos o texto com a convicção de que somente ouvindo e escutando o que as crianças tem a nos dizer sobre os seus modos de vida poderemos acrescentar ao conhecimento sobre a infância elementos inovadores e respeitadores da imagem da criança como sujeito ativo de direitos. Somente desta forma conseguiremos enfrentar as exigências de colocar em discussão todo e qualquer direito das crianças na pesquisa em debates mais extensos de ampliação da cidadania.

Palavras-chave: Pesquisa com crianças. Ética. Pesquisa Brasil Portugal. Estudos da criança.

Abstract

This paper discusses the ways how Child Studies sustain new ways to think about children and childhood, stand concepts such as children as social actors, as subjects with participatory rights and with meaningful voices, and how these principles have such a significant visibility in research with children, in academic discourse and in many social practices with children. We discuss in the text some aspects that have been given special attention in recent times, particularly those related to ethical principles involving research with children, trying to think how such principles can be achieved on a viable and significant ethics in research with children, developed in Brazil and Portugal. We ended the text with the belief that only hearing and listening to what children have to say about their life worlds we can add innovative knowledge about childhood which is respectful with the image of children as active subjects of rights. This is the only we can fulfill the demands to put children's rights in research in a more broad discussion about the expansion of citizenship.

Keywords: Research with children. Ethics. Child studies. Research in Portugal and Brazil.

Alguns caminhos da pesquisa com crianças nos estudos da criança

Não há nenhuma riqueza onde não há crianças. E essa riqueza só é real, quando essas crianças existem, exercendo livre e ruidosamente o seu direito de serem crianças (Provérbio Africano, CARRION, 2008).

As intensas discussões teórico-metodológicas que se vem travando, nos últimos anos, têm trazido para o centro da discussão a criança, com todos os desafios que acarreta para os adultos investigadores, para os modos como deve respeitar as especificidades da criança enquanto sujeito ativo de direitos, também na pesquisa. Tais estudos ainda estão por se escrever, mas certamente todo esse movimento terá repercussões nas formas de fazer pesquisa com crianças e também, na forma como os seus jeitos de ser criança serão caracterizados e compreendidos.

Este movimento tem sido apoiado por alguns contributos teóricos que nas duas últimas décadas têm vindo a assumir cada vez mais uma maior importância, o que concordamos com Alanen (2014) quando refere num dos últimos editoriais da revista *Childhood*¹ que a procura por conceitos sociológicos e perspectivas acerca da criança e da infância é significativa. Refere a mesma autora, ainda, que esta procura tem sido muito maior em áreas que fazem a formação de profissionais que trabalham com crianças, como é o caso da educação ou do serviço social, enquanto em áreas como a sociologia, a infância permanece uma área de incipiente investimento em termos de pesquisa, frequentemente considerada unicamente como um campo específico de estudos, sem alcance ou visibilidade em termos das preocupações sociológicas. As afinidades eletivas que se tem vindo a construir entre áreas como a sociologia da infância, a pedagogia, a geografia, a antropologia, entre outras, ajudam a apoiar a convicção inabalável que sustenta que sem teorizar a infância não poderá haver uma adequada explicação do social e comprometerá o desenvolvimento de práticas adequadas e amigáveis para as crianças, que respeitem os seus direitos, promovam as suas competências e as tornem visíveis no conhecimento que se produz sobre a sua categoria geracional – a infância.

A interlocução que a sociologia da infância tem vindo a mobilizar com outras áreas de estudo, abrindo caminho para se poder falar em estudos da criança, em relações interdisciplinares que mobilizam um conjunto de áreas de estudo, no campo das ciências sociais (a pedagogia, a antropologia, a economia, a história e sociologia) e humanas (literatura, a religião, a filosofia e as artes plásticas), mas também das ciências do comportamento (sobretudo a psicologia) e das ciências exatas tem sido fundamental, para compreender a infância vivida pelas crianças a partir delas mesmas, como única condição para poder dar conta das complexidades de que se revestem os seus mundos de vida na contemporaneidade.

Esta interlocução e o desenvolvimento do campo dos estudos da criança tem permitido, gradualmente, uma maior sensibilidade para ouvir as vozes das crianças e realizar estudos

com as crianças, aspirando a uma compreensão da condição humana a partir do ponto de vista da criança. Como afirmam Christensen e James (2005), “mudar a posição das crianças nas ciências sociais e culturais exige um reexaminar dos quadros conceptuais que influenciam as representações das crianças” (CHRISTENSEN e JAMES, 2005, p. XXII).

Retomar essa assertiva tem permitido mobilizar o pensamento crítico e capacidade de análise e, ainda, tornar possível utilizar os novos conhecimentos para compreender e resolver novos e velhos problemas, com vista a alcançar o melhor interesse e respeitar os direitos da criança, em qualquer situação.

Uma perspectiva interdisciplinar de estudos da infância oferece, na opinião de Woodhead (2006), um lugar de encontro para diversas perspectivas sobre a infância, sendo mais consistente com a tendência para organizar políticas mais coordenadas e sustentadas por uma visão holística e interdependente nas relações dos direitos das crianças, tendo em vista que

Na pesquisa com crianças, a formação de relações, em que as crianças sentem que querem participar durante todo o processo de investigação, é particularmente importante, a fim de conseguir um diálogo contínuo, no qual, tanto as crianças como investigadoras, sintam que têm controlo (WOODHEAD, 2006, p. XVIII).

A este propósito Dornelles e Fernandes (2012, p.3) afirmam que os estudos da criança possibilitam “[...] a construção de redes e interlocuções entre as áreas de conhecimento que estão interessadas em construir conhecimento científico relevante e implicado sobre, mas sobretudo com as crianças” (DORNELLES e FERNANDES, 2012, p. 2). É, sobretudo, este enfoque na indispensabilidade de considerar a participação da criança na pesquisa, que atribui aos estudos da criança “uma importância acrescida na história de construção de conhecimento acerca da infância, de forma a ultrapassar velhos mitos acerca da (in) competência das crianças” (DORNELLES e FERNANDES, 2012, p. 2).

Numa das obras mais significativas para esta discussão, Qvortrup, Corsaro e Honig (2009, p. 3), afirmam que “Os estudos da criança não negam, claro, que as crianças são pessoas pequenas, mas este facto não as torna menos humanas. Como referem, por vezes, fica-se com a impressão que a sua pequenez nos conduz a, conceptualmente, as encarcerar num micromundo ou num mundo de particularismos”.

É a exigência de ir para além destes micromundos e particularismos que nos move, quando defendemos modos de fazer pesquisa com crianças que as respeitem como sujeitos ativos, sendo para tal fundamental mobilizar a sua participação, mais ou menos implicada, nos processos de pesquisa. Considerando que as crianças “Pensam sobre suas experiências e práticas e reconhecem a importância da participação do investigador nas suas vidas diárias na escola [...] interpretando activamente e dando forma ao processo de pesquisa” (CHRISTENSEN e JAMES, 2005, p. XVII).

Os estudos da criança, enquanto ciência pluriparadigmática, enfrentam ainda desafios nomeadamente relacionados com a consolidação deste trabalho de articulação entre as

diferentes áreas do saber que já pontuam nesta discussão, mas também outras, que continuam ausentes, nomeadamente com as ciências biológicas e as ciências médicas onde, na nossa opinião, continua a subsistir a ideia avançada por Bauman de que “O horror à mistura reflecte a obsessão pela separação” (BAUMAN, 1991, p. 14). E foi esta obsessão pela separação que “Até muito recentemente, esta divisão académica entre o mundo dos factos naturais e o dos factos sociais nunca causou controvérsia... Sempre se pensou que havia um abismo entre a natureza e a realidade social” (URRY, 2000, p. 10).

A consolidação desta convicção encorajou muitos pesquisadores a construir conhecimento científico a partir de novos enfoques, tendo sido, sobretudo passadas quase três décadas após o início de um percurso gradual e sistemático, podemos afirmar que conceitos como a criança como ator social, como sujeito com direitos, como sujeito participativo e com voz, passaram a ter uma visibilidade significativa nos discursos académicos. Vozes que se atravessam também em muitas práticas sociais com crianças, que pretendem “perceber o ter voz [das crianças] como um avanço sobre ser silenciado ou ignorado” (PROUT, 2010, p. 36).

A pesquisa tem, aqui, um papel fundamental, para sustentar empiricamente esta imagem, bem como dar pistas para compreender todos os constrangimentos que a envolvem e, por vezes, não permitem que a criança assuma a visibilidade que deveria ter, quer no campo científico, quer no campo social e político².

Nesse sentido, consideramos que trilhar nos estudo da criança continua a exigir que, por um lado, haja uma permanente interlocução entre as diferentes áreas de estudo, para abrir alguns caminhos que continuam a permanecer bastante fechados a esta possibilidade de interagir em termos epistemológicos com outras áreas científicas trazendo para o campo o terceiro excluído de que nos falava Prout já em 2005. Exige, por outro lado, que se consolidem possibilidades metodológicas cada vez mais apropriadas para implicar as crianças na construção de conhecimento acerca de si, sendo que para tal é fundamental mobilizar pensamento crítico relativamente aos modos como entendemos a participação da criança na pesquisa.

E por quê? Porque nos parece que os passos que têm vindo a ser dados nesta interlocução luso-brasileira nos permitem já sustentar modos de produção de conhecimento mais criterioso, na medida em que se considera a participação de adultos e crianças nesse processo, convocando estas últimas para aceder e valorizar saberes anteriormente negligenciados, o que permite aceder à uma compreensão mais apurada dos fenômenos sociais complexos que envolvem a infância.

Os caminhos para aqui chegar não exigem nenhuma revolução profunda em termos de métodos e técnicas. Necessita, sim uma revolução na forma de considerar ontologicamente a criança como sujeito de conhecimento e na forma de epistemologicamente valorizar tal conhecimento enquanto legítimo. Concordamos com Lange e Mierendoff (2009, p. 79) que

[...] não significa que velhos métodos e o conhecimento tradicional tenham de ser abandonados, mas sim que o acesso metodológico, a escolha dos métodos e a interpretação dos dados tenha de mudar... uma vez que em muitos manuais de

investigação social, a pesquisa com crianças continua a não ser, ainda, sequer um tópico (LANGE e MIERENDOFF, 2009, p. 79).

Consideramos que para continuar este percurso necessitamos convocar um “pensamento prudente”, a fim de evitar os enganos da “razão indolente” (SANTOS, 2002), ou seja, continuar o caminho e lutar para que as conquistas que se foram fazendo relativamente aos renovados posicionamentos éticos e metodológicos sobre a participação da criança na pesquisa não se banalizem e não se comprometam.

Nesse sentido propomos, em seguida, neste texto, discutir com algum detalhe dois aspectos que na pesquisa com crianças necessitam, na nossa opinião, algum desenvolvimento: as questões éticas e as questões de autoria.

Nuances luso-brasileiras com crianças: alguns desafios

A pesquisa com crianças tem tido um exponencial desenvolvimento na última década no que diz respeito à realidade luso-brasileira. São diferentes vozes, que procuram construir discursos que perpassam várias áreas disciplinares, mobilizando métodos e técnicas renovados sob a égide dos princípios orientadores dos estudos da criança, tanto no Brasil, quanto em Portugal.

Entendemos que a perspectiva de redimensionar as diferentes vozes que procuram construir discursos sobre infâncias em nossos países, vem nos possibilitando fazer uso de diferentes disciplinas num entrelaçamento entre a sociologia da infância e o entrelaçamento com a psicologia, com a filosofia, as artes, as políticas de direito, etc., que perpassam vários segmentos sociais como apontamos acima. No entanto, o desafio ainda é premente de discussão no que diz respeito às questões éticas e metodológicas que trespassem entre as similaridades, regularidades, ausências, presenças e urgências na investigação com crianças.

De algum modo, os estudos realizados por pesquisadores desses países, vide por exemplo, Dornelles (2007), buscam contribuir para o diálogo entre as diferentes áreas e tópicos temáticos desenvolvidos nas pesquisas com as crianças. As discussões que emergem dessas investigações se dão em torno de questões que versam sobre gênero, brincadeira, racialidades, culturas, o lugar da criança na pesquisa, família, ética na pesquisa, mídias, violência, infâncias ribeirinhas, cyberinfância, docência e crianças, infância na rua e nas cidades, racismo e preconceito, corporalidade, abrigo e acolhimento, saúde, artes, políticas, consumo, escolarização de bebês, temporalidade, currículo, visualidades, literatura. É, portanto, um campo vasto e heterogêneo, quer seja em relação a áreas científicas de referência, quer seja no que tange a metodologias adotadas, quer seja ainda em relação às diferentes imagens de infância que mobilizamos, todos estão preocupados com os modos de se fazer pesquisa com crianças.

Nesse sentido, em termos metodológicos, concordamos com Dornelles e Lima (2014), quando apontam para a necessidade de se entender que o desenho metodológico de uma

pesquisa com crianças, “não está (e nem poderia estar) fechado, e decidido *a priori* e que não pode ser ‘replicado’ do mesmo modo, por qualquer pessoa, em qualquer tempo” (MEYER e PARAÍSO, 2012, p.20). Tal perspectiva deve orientar o modo como fazemos as nossas pesquisas com crianças, como perguntamos e formulamos os problemas a serem investigados com elas. Daí a importância de investirmos em metodologias que nos permitam atentar para a possibilidade de inventarmos novos territórios, novos questionamentos, novos caminhos investigativos com crianças. Para estarmos com elas, dando visibilidade aos seus ditos, duvidando de nossas verdades sobre o até aqui pesquisado acerca das infâncias e das crianças, colocando essas verdades em suspenso, quando se trata de investirmos nas investigações com crianças.

Ao tratarmos de pesquisas com crianças, ainda se faz necessário nos despirmos de nossas certezas sobre o que até então foi pesquisado acerca das infâncias e das crianças. Concordamos para tal com Dornelles e Bujes (2012, p. 5), quando afirmam que

[...] o que nos interessa, ao pensar a infância, não é absolutamente inusitado, o radicalmente original, mas a possibilidade de apontar novas formas de problematizar o já sabido e, quem sabe, encontrar caminhos insuspeitados para fazer frente às nossas inquietações no que diz respeito às relações que estabelecemos com as crianças. (DORNELLES e BUJES, 2012, p. 5).

Entende-se que isso só é possível quando se está atento e respeitoso à livre e ruidosa participação das crianças nas pesquisas, aspecto que na nossa opinião continua a necessitar de um olhar mais denso, porque persiste, ainda, em muitos contextos, a perspectiva da criança como um ser dependente, incapaz de governar-se por si mesma, de controlar-se, de dizer de si e do outro em nossas investigações (DORNELLES, 2005).

Para darmos continuidade aos percursos (im)pensáveis para os estudos e pesquisas sobre as infâncias e crianças, precisamos atentar para as investigações realizadas entre nossos países, a exemplo do projeto MATO³, ou tantas outras pesquisas dessa ordem apresentados, discutidos e desenvolvidos, entre os pesquisadores desses dois países, entendendo que tais investigações nos possibilitam deslocar o conceito de infância como uma temporalidade e com isso, a proposta de uma aproximação aos universos infantis e às crianças pode ser lida aqui, pela necessidade de pensarmos sobre a alteridade da infância, sobre este outro desconhecido, sobre a novidade desse encontro, nesse movimento que centra-se na experiência que reúne adultos e crianças em relação, para pensarmos na afecção produzida por este encontro, na continuidade do que aponta Kohan (2010), como a possibilidade de se encontrar novas forças, sentidos e aliados e novos espaços, “de uma nova vida para a infância” (p. 137).

Algumas trilhas de preceitos éticos na pesquisa com criança

Pensar na criança e na pesquisa que com ela se escreve, sobressai um assunto que tem

dedicado a atenção dos pesquisadores nos últimos tempos, resultante de uma gradual mobilização de preceitos éticos-metodológicos nos processos de pesquisa com crianças.

A este propósito Francischini e Fernandes (2014) apresentam alguns contornos do estado da arte do que tem sido a produção teórica a propósito das questões da ética na pesquisa com criança⁴. Esta análise versa sobre a produção acadêmica em periódicos referidas na *International Society of Sociology* (ISA) e na *European Society of Sociology* (ESA) e da mesma emergem algumas ideias interessantes. Desde logo a primeira que se relaciona com a imagem de criança que decorre dos artigos analisados e que apresenta a criança como ator social e sujeito de direitos, na qual é reconhecida a sua competência para se expressar e produzir interpretações sobre a realidade, objetos ou eventos. No que diz respeito aos preceitos éticos nota-se uma significativa prevalência da reflexão sobre o consentimento informado e assuntos relacionados com o mesmo sobre outras dimensões éticas. Há uma significativa reflexão acerca do posicionamento do investigador na qual o tema recorrente são as questões do poder, das diferenças entre investigador e crianças, identificando-se a propósito deste aspeto alguns métodos que preferencialmente poderão assegurar uma maior ressalva ética. Finalmente um tema também muito presente nos artigos analisados tem a ver com o papel que os comitês de pesquisa assumem no desenrolar da mesma.

Percebemos, portanto, que há já uma significativa reflexão acerca da ética na pesquisa com crianças e que considerá-la em nossas investigações implica pensar diferente do que se pensava no passado sobre as crianças participantes de nossas pesquisas, contradizendo de algum modo a acertiva recorrente de que “se lhes nega a acção, privando-as, por isso, de direitos civis como pessoas” (HENDRICK, 2005, p. 49). Assim, compreender a ética na pesquisa com crianças implica considerar determinadas imagens de crianças e infâncias, tal como nos mobiliza a pensar Farrell (2005) quando defende que se considerarmos as crianças como atores sociais, um campo mais complexo emerge – o investigador é confrontado com novos dilemas éticos e novas responsabilidades.

Pesquisas eticamente informadas assumem como preceito básico do processo o envolvimento das crianças como sujeitos ativos em questões relacionadas com a forma como são definidos os objetivos da investigação, como são considerados os custos e benefícios envolvidos no processo, como são preservadas as questões da privacidade e da confidencialidade, como é feita a seleção dos participantes na pesquisa, como são as crianças e todos os outros participantes informados criteriosamente acerca do que se pretende fazer na pesquisa, como é obtido o seu consentimento informado e, finalmente, como consideramos as questões da disseminação e do impacto que a pesquisa poderão ter nas crianças (ALDERSON e MORROW, 2011).

Para além do mais, quando se fala de ética na pesquisa com crianças temos, também, de ter em atenção, que esta não é uma questão homogénea, nem plana. Ela está intrinsecamente implicada com questões como a idade das crianças, as suas experiências, *backgrounds* sócio-cultural, com as questões de género, com as questões da investigação, bem como com o contexto onde esta decorre e os métodos que nela são utilizados.

As questões aqui enunciadas são devedoras, na nossa opinião, de olhares mais densos

porque elas são profundamente afetadas pelas questões de poder que inevitavelmente se colocam nas relações entre adultos e crianças, concordando com a ideia defendida por vários autores (HARDEN et al., 2000b; MORROW e RICHARDS, 1996) de que vivendo a convicção de que a forma como o adulto assume o controle dos processos nas relações com as crianças e jovens é reveladora de relações de poder desiguais, tais relações de poder desiguais são replicadas ou mesmo duplicadas no processo de investigação. Então, teremos, assim de estar atentos ao fato de que “O maior desafio ético para os investigadores que trabalham com crianças é a disparidade de poder e estatuto entre adultos e crianças” (MORROW e RICHARDS, 1996, p. 98).

E a este propósito há questões que são básicas, mas fundamentais, que exigem a nossa atenção, sendo necessário, nomeadamente, questionar até que ponto as crianças se sentem livres para recusar participar de uma pesquisa, ou ainda, até que ponto se sentem livres para abandonarem a mesma, ou ainda, finalmente, até que ponto elas dão as suas próprias opiniões e partilham experiências com os pesquisadores adultos (McCRUM e BERNAL, 1994).

Para além destes aspetos, assistimos atualmente à emergência de uma discussão acerca do papel dos comitês de pesquisa que sublinha a importância da existência de mecanismos de controle dos regulamentos e códigos de investigação ética. Concordamos com Small (apud GALLHAGUER, 2009, p. 13), quando refere que os princípios e códigos éticos são importantes mas “[...] não nos ajudam a compreender como é que as decisões éticas são tomadas nos contextos específicos” e muitas vezes as hierarquias protocolares ajudam a promover aquilo que já designamos num outro texto de (in) visibilidade epistemológica das crianças na pesquisa (FERNANDES, 2014). Vários autores nos têm vindo a alertar para o fato de que desenvolver processos de pesquisa eticamente informados com crianças não pode ficar refém de certas visões estreitas acerca do significado e impacto que a ética deve assumir. Assim, por exemplo Allen (2005, p. 17) afirma que

Para muitas instituições e também para muitas entidades reguladoras a ética na pesquisa tornou-se, tão-somente, num processo cauteloso de gestão do risco. Como consequência os comitês de pesquisa podem assumir posições extremamente conservadoras nas propostas de pesquisa, especialmente quando os designs da pesquisa são mais inovadores (ALLEN, 2005, p. 17).

Também Powell, Fitzgerald, Taylor e Graham (2012) defendem que tem sido crescente o questionamento acerca do reducionismo que pode advir das salvaguardas éticas na pesquisa, se limitarem tal à mera salvaguarda de um conjunto de princípios codificados.

Daqui pode resultar a impossibilidade de desenvolver trabalho empírico importante e valioso, subjugado ao preceito da necessidade de proteção do sujeito, neste caso a criança, acentuando-se as suas vulnerabilidades e mantendo-se desta forma invisíveis as suas vozes. E acrescentaríamos nós a sua invisibilidade epistemológica na pesquisa (FERNANDES, 2014).

Assegurar estas dimensões nos processos de pesquisa co-construídos entre o

pesquisador e crianças, permitirá de alguma forma assegurar que “não é suficiente que um resultado seja eticamente aceitável ou desejável; os meios para o atingir devem, também, ser éticos” (SOMERVILLE, 2006, p. 25).

Conceitos como a voz da criança na pesquisa e na intervenção deverá exigir-nos ir mais além, tal como refere James (2007) sendo

fundamental refletir acerca das complexidades que enquadram o que as crianças dizem, em vez de considerar que simplesmente registrar e gravar a sua voz é suficiente (...) coloca a exigência de reflectir sobre um reconhecimento mais profundo do estatuto e da voz das crianças como participantes na pesquisa (JAMES, 2007, p. 264).

Como pesquisadores de crianças que somos, agimos como “crianças” que não sabem previamente a resposta, porque os problemas que se colocam interrompem seus hábitos de pensar e de ser, ensaiam pensar diferentemente desses modos ao aceitar o desafio de investigar com crianças, mesmo que isso implique na mudança do que são em si ou para si mesmos e para os outros.

Buscamos o movimento em que, concomitantemente, o pesquisador se emancipa e é o cúmplice da infância, num fluxo que reside em sua “própria experiência formativa, que é em si mesma autodidata, pois, embora nela seja imprescindível a presença do outro, é pelo encontro com a experiência do outro que aprende sobre si mesmo” como nos ensina Pagni (2010).

Aprendemos com Sarmiento (2011, p. 43), que as crianças têm muito a nos dizer, basta querer ouvi-las, pois,

O seu modo de interpretar e significar o mundo,[é] permeado pelas culturas nas quais se inserem, é marcado pela sua condição biopsicológica e pelo estatuto social dependente em que se encontram. Nas suas relações com os adultos e nas suas relações com outras crianças, partilham, reproduzem, interpretam e modificam códigos culturais que são actualizados nesse processo interactivo (SARMENTO, 2011, p. 43).

As crianças sugerem caminhos, traçam cartografias, nos ensinam a ousar, a transpor o modo tranquilizador de como vínhamos pesquisando e analisando nossos dados até então. As crianças nos vêm dizendo que elas também querem a autoria da pesquisa, e sustentarmos sua autoria é cruzarmos o modo tranquilizador de se pesquisar com as crianças, é nos colocarmos em perigo, é darmos um passo fora e além do que já foi pensado sobre o que dizem, fazem e nos ensinam as crianças.

Dar autoria as crianças é usarmos das possibilidades de nos aventurarmos para fora do que nos é reconhecível e sustentarmos como investigadores, a autoria composta entre nós adultos e crianças. É inventarmos novos conceitos e isso nos lembra Foucault, quando nos ensina que pensar “é um ato arriscado” que se exerce primeiro sobre nós mesmos como pesquisadores e pesquisadoras, professores e professoras de crianças que somos.

Investirmos numa ética particular de autoria das crianças e irmos além do sermos apenas e, meramente, um escriba das crianças. O movimento de pesquisadores que pesquisam com crianças tem sido um movimento que ousa traçar modos de se investigar com crianças nesses dois países⁵.

Investigar com crianças pressupõe cruzar calmarias e tempestades, traçar cartografias que envolveram metas, mudanças de rotas, retomadas e novos caminhos e, isso, nos aprendemos com as crianças em nossas pesquisas. Ao inventarmos modos de pesquisa com crianças, tentamos nos afastar do que somos até então e, quem sabe, a partir deste encontro abandonemos a tranquilidade que vivemos, entendendo que nossas crianças escapam, são sempre para nós um enigma e, quem sabe com isso, tenhamos presente que a toda investigação com crianças ousemos nos reinventar como pesquisadores de crianças.

Talvez essa invenção possibilite que possamos retomar nossas verdades cada vez mais aligeiradas pelas agências de pesquisa, pelos prazos, pela produção e talvez pensarmos na pesquisa com crianças, na ética e metodologia que as envolve como uma experiência, no sentido de algo que nos acontece e isso requer como afirma Larrosa (2002)

[...] um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2002, s/p).

Entretanto, tudo isso nos assusta e aqui chamamos atenção ao compromisso ético de se pesquisar com crianças, pois pode acontecer de que tudo que conseguimos avançar no que diz respeito à pesquisa com criança, vir a se perder em nome de tramites⁶ ético-burocráticos. Observamos, no que diz respeito a esses tramite que devemos ter cuidado com as crianças sim, dos “riscos” que existem ao se investigar com crianças. Atentamos sobre isso o que se refere o Artigo 6º, que versa sobre o consentimento da pesquisa no Brasil⁷, quando afirma: “cumpridas as etapas do esclarecimento e do consentimento livre e esclarecido, por meio dos representantes legais dos convidados a participar da pesquisa, preservado o direito de informação destes, no limite de sua capacidade”. Contudo questionamos: o que é o limite da capacidade quando olhamos para as crianças entendendo-as como ator social, como sujeito com direitos, como sujeito participativo e com voz? Talvez sejamos impedidos de fazer pesquisa com crianças no Brasil, se as questões documentais para sua aprovação se manterem apenas de forma burocrática e sem a legítima aprovação de mérito ou de outros modos e dimensões éticas que envolvem a participação efetiva das crianças na pesquisa com crianças. Entendemos que só poderemos capturar o mundo a partir da perspectiva das crianças, se essas nos explicarem, se dispuserem a nos mostrar como veem esse mundo. Nos apresentar que são sujeitos potentes de participação

na vida, pois para

[...] muitos cientistas sociais, a percepção emergente das crianças enquanto actores sociais, tem começado a minar os tradicionais “princípios de certeza”, pelos quais as pessoas na cultura ocidental “sabem” que as crianças são criaturas naturais e universais que, eventualmente, simplesmente “crescem” (HENDRICK, 2005, p. 36).

O que estamos fazendo e o que iremos fazer para resistirmos, organizarmos e seguirmos nossas pesquisas com crianças confirmando o que nos explicam Christensen e James (2005, p. XIX): “Somente ao ouvir e escutar o que as crianças dizem e ao tomar atenção à forma como comunicam conosco é que se fará progresso nas pesquisas que se levem a cabo com crianças, mais do que simplesmente, sobre as crianças”.

Pesquisa com crianças e os estudos da criança: caminhos ainda a se trilhar

Aprendemos que o itinerário deste entre-mares Brasil-Portugal, quando se investe neste nos estudos da criança e nas pesquisas com crianças nos mobiliza a pensar que esse tipo de pesquisa ainda deva ser problematizando. Ainda se faz necessário construirmos metodologias e éticas de pesquisa com crianças e entendermos que a cada nova pesquisa estaremos respeitosamente atentas a elas. Garantir que ao se inventar metodologias com elas construídas não se evite o arriscar, as incertezas, os desvios de rotas naquilo que as crianças dão sentido ao que lhes acontece na vida, no mundo.

Pretendemos com essas reflexões sobre pesquisa com crianças de algum modo, contribuir para que as marcas da dialogicidade desde aqui construída sobre tal modo de investigação quem sabe se possa ir com as crianças as reconstruindo.

Contudo, ainda continuamos com o desafio de enfrentar as exigências de colocar a discussão sobre direitos da criança em debates mais amplos, nomeadamente sobre o da *democratização da democracia* (SANTOS, 2003) e da ampliação da cidadania; reconhecer a indispensabilidade de desenvolver processos de desmonopolização da *expertise* (BECK, 1996)

Gostaríamos de ainda deixar expresso que a intenção dos estudos da criança se mobiliza no sentido de "Em vez de apenas chamarmos a atenção para o fato de as crianças também serem seres completos, mostrámos como é útil considerar quer os adultos querem as crianças como seres parcialmente em formação" (MANNION e I'ANSON, 2002, p. 21).

Este outro desafio exige de todos nós enfrentar registros de alteridade que por vezes damos como assumidos, mas que afinal não serão, pois tal como Prout (2010, p.740) nos ensina: “a tarefa deverá ser tentar descobrir como diferentes versões da criança ou adulto emergem da interação complexa, da organização em rede e orquestração dos diferentes materiais, sejam eles naturais, discursivos, colectivos ou híbridos” (ibidem).

Atentamos que somente ouvindo e escutando o que as crianças tem a nos dizer sobre o modo como se comunicam conosco é que possibilitará que se leve a cabo a pesquisa com crianças e não somente, a pesquisa sobre crianças.

Sem contudo encerrarmos a problematização que comporta neste texto, retomamos o provérbio africano que inicia esta reflexão e que se possa reafirmar que a mesma só tem sentido se consideramos que: “Não há nenhuma riqueza onde não há crianças. E essa riqueza só é real, quando essas crianças existem, exercendo livre e ruidosamente o seu direito de serem crianças”.

Notas

- ¹ Refere-se aqui, em especial, ao volume 21, número 1 da Revista (p. 3-6).
- ² No Brasil há uma minuta sobre ética na pesquisa nas Ciências Humanas que está em discussão no CONEP. Em seu artigo 1º afirma: A presente Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.
- ³ O projeto MATO foi coordenado pelo professor Manuel Jacinto Sarmento e realizou-se em uma parceria Brasil com as crianças de Florianópolis, Santa Catarina Brasil e a região de Barcelos e Açores em Portugal. Sobre o assunto ler Dornelles (2007).
- ⁴ Esta análise fez parte do projeto de Pós-doutoramento da pesquisadora Rosângela Francischini, na Universidade do Minho, entre Setembro de 2012 e Setembro de 2013.
- ⁵ II Simpósio realizado em Portugal 2012 e Brasil 2014, mostrou como estão sendo realizadas as pesquisas com crianças nos dois países a partir dos estudos da criança. Esse último contou com 716 inscritos, sendo 328 estudantes de graduação e professores da escolarização básica; 206 professores de ensino superior; 182 estudantes de pós-graduação. Com uma cobertura nacional brasileira (por região) onde 406 inscritos eram do Sul do Brasil, 131 do Sudeste, 93 do Nordeste, 48 do Centro-Oeste e 26 do Norte. Participantes do exterior contou com a participação de 12 professores e alunos de diferentes regiões de Portugal.
- ⁶ No caso da UFRGS, atualmente há muitos caminhos a serem trilhado para a aprovação de um trabalho de pesquisa na área de ciências humanas e com seres humanos no Brasil. Toda investigação precisa da aprovação do Comitê de Ética de cada Faculdade, Comitê de Ética em Pesquisa, CEP/UFRGS, inserção na Plataforma Brasil de Ética e Termo de Consentimento Livre e Consentido.
- ⁷ Ministério da Saúde Conselho Nacional de Saúde RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em Novembro 2014.

Referências

- ALANEN, Leena. Theorizing childhood. *Childhood*. Vol 21 (1), pp.3-6, 2014.
- ALDERSON, Priscilla, MORROW, Virgínia. *The ethics of research with children and young people – a practical handbook*. London, Sage, 2011.
- ALLEN, Gary. Research ethics in a culture of risk. In: FARREL, A (Ed). *Ethical research with children*, 2005, p.15-26.
- CARRION, Dirce. *MoçambiqueBrasil: olhares cruzados*. São Paulo, Reflexo Editora, 2008.
- CHRISTENSEN, Pia e JAMES, Allison. Pesquisando as crianças e as infâncias: culturas de comunicação In: _____. *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Escola Superior de Educação Paula Frassinetti. 2005, p. XIII- XX.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernity and ambivalence*. Cambridge, Polity Press. 1991.

- BECK Ulrich. World risk society as cosmopolitan society? Ecological questions in a framework of manufactured uncertainties. *Theory, Culture and Society*, 1996b;13(1-32).
- CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, 2005
- DAMICO, José e KLEIN, Carin. O uso da etnografia pós-moderna para a investigação de políticas públicas de inclusão social. In MEYER, Dagmar e PARAÍSO (orgs.). *Metodologia de pesquisa pós-crítica em educação*. Belo Horizonte: Mazza, 2012. p. 63-86.
- DORNELLES, Leni V. Sobre raça, racismo, negritude e beleza: o que as crianças têm a dizer sobre esse tema? In: GNANEM, Elie e NEIRA, Marcio Garcia. *Educação e diversidade cultural no Brasil: ensaios e práticas*. São Paulo: Junqueira & Marin Editores. 2014.
- DORNELLES, Leni V. e LIMA, Patrícia. Sobre a produção dos infantis e os (im)pensáveis percursos da pesquisa com crianças. In: _____. *Crianças (entre) lugares: pesquisa, escola, família*. 2014 (no prelo).
- DORNELLES, Leni V. e BUJES, Maria Isabel E. (Orgs.). *Educação e infância na era da informação*. Porto Alegre: Mediação, 2012. p.11-28.
- DORNELLES, Leni V.; FERNANDES, Natalia. As marcas da dialogicidade nos estudos da criança luso-brasileiros – notas introdutórias. *Simpósio Perspetivas sociológicas e educacionais em estudos da criança: as marcas das dialogicidades luso-brasileiras*. Portugal. Texto disponível em: <http://www.ciec-uminho.org/documentos/ebooks/2307>, 2012.
- DORNELLES, Leni V. (Org.). *Produzindo pedagogias interculturais na infância*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- DORNELLES, Leni V. Existe fada Negra?. Porto Alegre: ARTMED. *Revista Pátio Educação Infantil*. 2005.
- FERNANDES, Natalia. *Infância e ética na pesquisa: da provocação das ausências à interpelação dos desafios*, 2014 (no prelo).
- FRANCISCHINI, Rosângela e FERNANDES, Natalia. *Ética e pesquisa com crianças: questões e desafios desde a Sociologia da Infância*, 2014 (no prelo).
- GALLAGHER, Michael. Ethics. In: TISDALL, Kay, DAVIS, John e GALLAGHER, Michael (Eds.). *Researching with children and young people: research design, method and analysis*. London: Sage Publications, 2009.
- HARDEN, Jeni; SCOTT, Sue; BACKETT-MILBURN, Kathryn; JACKSON, Stern. 'Can't Talk, Won't Talk?': Methodological Issues in Researching Children. *Sociological Research Online*, vol. 5, no. 2, 5(2); available at: www.socresonline.org.uk/5/2/harden.html, 2000.
- HENDRICK, Harry. A criança como actor social em fontes históricas: problemas de identificação e interpretação. In: CHRISTENSEN, Pia e JAMES, Allison. *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Escola Superior de Educação Paula Frassinetti. 2005, p.29-54.
- JAMES, Allison. Giving voice to children's voices: practices and problems, pitfalls and potentials. *American Anthropologist*, vol. 109, issue 2, p. 261-272, 2007.
- KOHAN, Walter Omar. Vida e morte da infância, entre o humano e o inumano. *Revista Educação & Realidade*. V.1, n.1. Porto Alegre set/dez, 2010, p. 125-138.
- LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. no.19. Rio de Janeiro Jan./Apr. 2002.
- LANGE, Andreas; MIERENDORFF, Johanna. Method and methodology in childhood research. In: QVORTRUP, J., CORSARO, W. E HAONIG, M. (eds). *The Palgrave Handbook of Childhood Studies*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009, p. 78-95.
- MANNION, G.; I'ANSON, J., Beyond the Disneyesque: children's participation, spatiality and adult-child relations. *Childhood* 1, vol. 3, p. 303-318, 2004
- MCCRUM, Sarah; BERNAL, Paul. *Interviewing children: A training pack for journalists*. Devon, Reino

- Unido: *Children's Voices*. Texto disponível em: http://www.periodismosocial.net/documentos/Infancia%20-Interviewing_children.pdf, 1994.
- MORROW, Virginia e RICHARDS, Martin. The ethics of social research with children: an overview. *Children & Society*, 10, p. 90-105, 1996.
- POWELL, Mary Anne et al. International literature review: ethical issues. *Undertaking research with children and young people*. Childwatch International Research Network, Southern Cross University, Centre for Children and Young People, Lismore NSW and University of Otago, Centre for Research on Children and Families, Dunedin, NZ, 2012.
- MEYER, Dagmar e PARAÍSO (orgs.). Metodologia de pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. In: _____. *Metodologia de pesquisa pós-crítica em educação*. Belo Horizonte: Mazza, 2012. p. 15-22.
- MULLER, Verônica. *Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições*. São Paulo: Cortez, 2010.
- PAGNI, Pedro Angelo. Infância, arte de governo pedagógica e cuidado de si. *Revista Educação & Realidade*. V.1, n.1. Porto Alegre set/dez, 2010, p.99-124.
- PROUT, A. Participação, políticas e as condições da infância em mudança. In: MÜLLER, F. (Org). *Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições*. São Paulo: Cortez, 2010a. p. 21-41.
- PROUT, Alan. Reconsiderando a nova sociologia da infância. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.141, p.729-750, set./dez. 2010b.
- QVORTRUP, Jens; CORSARO, William; e HONIG, Michael (Eds). *The Palgrave Handbook of Childhood Studies*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- SANTOS, Boaventura Souza (Org.). *Democratizar a democracia – Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento.2003
- SANTOS, Boaventura Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produções simbólicas. In: MARTINS FILHO, Altino e Prado, Patrícia Dias. *Das pesquisas com crianças à complexidade da infância*. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 27-60.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Culturas infantis e interculturalidade. In: DORNELLES, Leni Vieira (Org.). *Produzindo pedagogias interculturais na infância*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SOMERVILLE, Margaret. *The ethical imagination: journeys of the human spirit*. Melbourne: University Press, 2006
- URRY, John. *Sociology Beyond Societies: mobilities for the Twenty-first Century*. London: Routledge, 2000.
- WOODHEAD, M. 'Changing perspectives on early childhood: theory, research and policy'. *UNESCO EFA Global Monitoring Report 2007*, International Journal of Equity and Innovation in Early Childhood, vol. 4, no. 2, p. 5-48, 2006.

Correspondência

Leni Vieira Dornelles: Professora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Email: lvdornelles@gmail.com

Natalia Fernandes: Professora no Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, Portugal.

Email: natfs@ie.uminho.pt

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização das autoras.
